

O COMPORTAMENTO DOS PREÇOS AGRÍCOLAS NOS PROGRAMAS DE ESTABILIZAÇÃO

*Adalmir Antônio Marquetti**

A partir de 1986, as políticas de estabilização de preços basearam-se essencialmente nos choques econômicos. A economia brasileira, desde então, passou por quatro experiências: os Planos Cruzado (fev./86), Bresser (jun./87), Verão (jan./89) e Collor I (mar./90). Atualmente, atravessa seu quinto plano, o denominado Collor II (jan./91).

Essas experiências, apesar de suas particularidades, possuem como medida comum e de maior impacto, à exceção do Plano Collor I, o congelamento dos preços e salários. Tal medida exerce um grande atrativo, que é a certeza de forte redução da inflação no curto prazo.

Do ponto de vista teórico, a proposta de congelamento de preços e salários foi defendida pelos inercialistas, em especial por Francisco Lopes (1986). Segundo esse autor, ocorrem, na economia, dois tipos básicos de inflação¹: a que advém dos choques inflacionários, associada às ações dos agentes econômicos, no sentido de modificar os preços relativos vigentes, portanto, alterando a distribuição de renda da economia; e a inercial propriamente dita, que resulta da tentativa dos agentes em manterem sua participação na renda, através da busca da recomposição de sua renda de pico. Este último tipo de inflação deve ocorrer sem a modificação dos preços relativos, ou seja, sem alterações na distribuição de renda. Na ausência de choques inflacionários, o crescimento dos preços no período t é

* Economista da FEE.

¹ Para uma apresentação didática e bem elaborada da teoria da inflação inercial e de suas "correntes", ver Bier et alii (1987).

igual ao do período $t-1$. A ruptura desse processo inflacionário dar-se-ia com o congelamento de preços e salários, ou seja, cortando-se a relação entre a inflação do presente e a do passado.

Tal proposta pressupõe que os agentes econômicos assumam uma nova racionalidade microeconômica, aceitando rendas médias reais congeladas, isto é, que concordem com os preços relativos de equilíbrio (médios) vigentes no período anterior. Essa nova racionalidade, em última instância, garantiria a neutralidade distributiva dos planos heterodoxos.

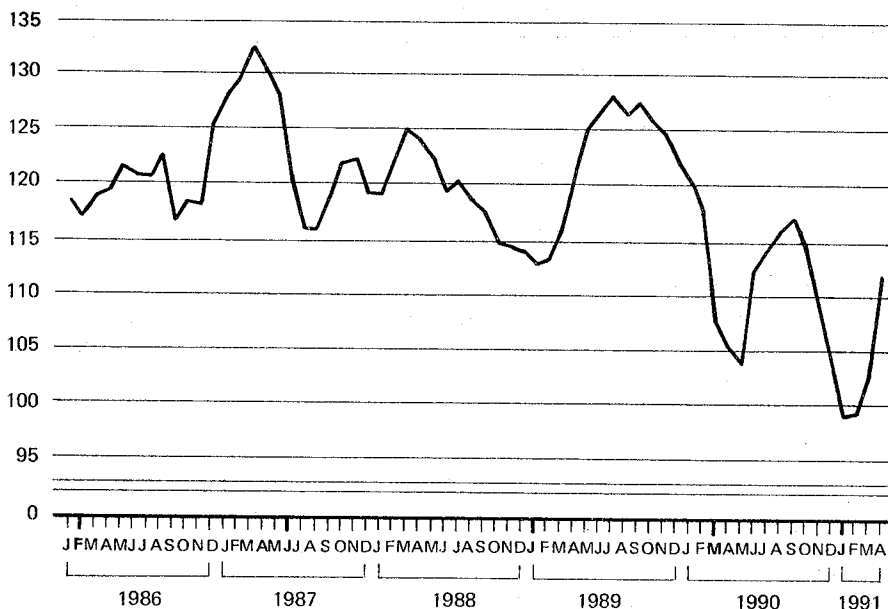
Entretanto existem razões teóricas para se supor que o congelamento afete os diferentes setores da economia de maneira distinta, ou seja, que os preços relativos vigentes na economia não serão os de equilíbrio do período anterior.² Em outras palavras, a neutralidade distributiva dos planos heterodoxos não ocorre na realidade. Demonstrar-se-á no presente trabalho, analisando-se o comportamento dos preços agrícolas, que os planos heterodoxos possuem efeitos redistributivos sobre a renda da economia.

Os planos econômicos mostraram-se capazes, por um período curto de tempo, de elevar a demanda interna e, por conseguinte, o nível de utilização da capacidade instalada. Observa-se no Gráfico 1 que os planos condicionaram a evolução cíclica de curto prazo da economia brasileira. Essa evolução certamente possui efeitos sobre a demanda dos produtos agrícolas, portanto, constitui-se em mais uma razão para se afirmar que o congelamento de preços não é neutro perante o movimento dos preços relativos e, por consequência, quanto à distribuição de renda. O movimento dos preços relativos nos períodos de "congelamento" torna-se visível, ao se examinar a relação de troca entre os setores agrícola e industrial.

² Tais razões teóricas não serão abordadas devido ao escopo deste trabalho.

GRÁFICO 1

CICLOS DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NA ECONOMIA BRASILEIRA – 1986-91



FORNE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: 1. Índice dessazonalizado.

2. Os meses em destaque correspondem à data de implantação dos Planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor I e II respectivamente.

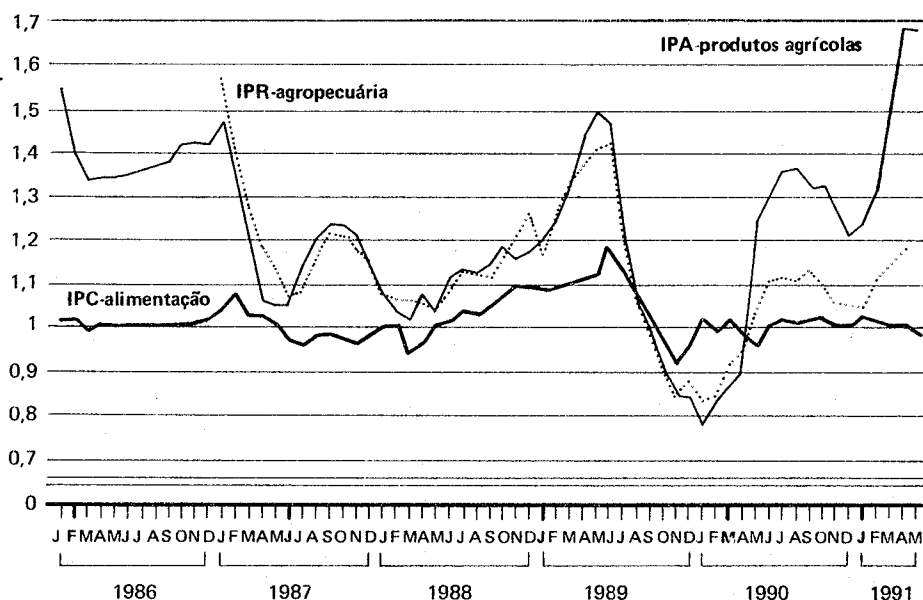
O comportamento dos preços agrícolas e a relação de troca entre a agricultura e a indústria nos períodos de congelamento

O comportamento dos preços agrícolas pode ser examinado em três esferas: a do produtor, a do atacadista e a do consumidor. O Gráfico 2 apresenta a evolução dos preços agrícolas nos três níveis, deflacionados pelo Índice Geral de Preços-Oferta Global (IGP-OG). Os índices empregados foram o Índice de Preços Recebidos pelos Produtores

Rurais (IPR-agropecuária), o índice de Preços por Atacado-produtos agrícolas (IPA-produtos agrícolas) e o índice de Preços ao Consumidor-alimentação (IPC-alimentação).³ A análise da relação de troca entre a agricultura e a indústria centrou-se nos índices de preços por atacado.

GRÁFICO 2

ÍNDICES REAIS DE PREÇOS AGRÍCOLAS NO BRASIL – 1986-91



FONTE DOS DADOS BRUTOS: FGV.

NOTA: Os meses em destaque correspondem à data de implantação dos Planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor I e II respectivamente.

³ O IPR-agropecuária sofreu modificações metodológicas em 1987, que o tornaram não comparável com a série anterior. A nova série contém dados de janeiro de 1987 em diante. O IPC-alimentação também possui um problema, mas de ordem diferente. Esse cobre vários produtos que passam por um processo de industrialização, como, por exemplo, refrigerantes. Logo, não é o melhor índice para se observar o movimento dos preços agrícolas ao nível do consumidor.

O IPA-produtos agrícolas, em termos reais, nos períodos de congelamento, apresentou um movimento ascendente (Gráfico 2). Ou seja, os preços agrícolas, na esfera do atacado, apresentaram uma elevação relativa, alterando a distribuição de renda vigente na economia.

O movimento do IPR-agropecuária revelou-se muito semelhante ao do IPA-produtos agrícolas, nos períodos de congelamento também demonstrou um aumento relativo. Na verdade, pode-se afirmar que, no período entre janeiro de 1987 a abril de 1990, não existem diferenças significativas entre os dois índices. Todavia, após maio de 1990, os índices diferiram devido ao crescimento de 49% do IPA-produtos agrícolas nesse mês. A proximidade entre os dois índices também pode ser observada na Tabela 1, na qual o IPR-agropecuária evidencia taxas de crescimento muito próximas às dos preços agrícolas no atacado nos períodos de congelamento.

Por sua vez, o IPC-alimentação apresentou um comportamento distinto dos anteriores. Nos períodos de congelamento, os preços dos alimentos ao consumidor, em termos reais, mostraram um pequeno recuo no primeiro e segundo mês, para, a seguir, indicarem pequena evolução. Pode-se dizer que os preços agrícolas ao nível do consumidor apresentaram uma estabilidade em relação ao IGP-OG, exceto no Plano Verão, quando se elevaram em decorrência do forte crescimento, em termos reais, do índice de Preços por Atacado-produtos alimentares (IPA-produtos alimentares) e do IPR-agropecuária. Tal fato, possivelmente, decorre da maior capacidade de controle dos preços ao nível do varejo e da participação, nesse índice, de produtos agrícolas industrializados. Todavia o IPC-alimentação apresentou taxas de crescimento superiores às dos produtos industriais ao nível de atacado.

Os resultados acima permitem afirmar que a distribuição de renda nos períodos de congelamento é diferente da vigente no período anterior ao Plano. Assim sendo, os preços agrícolas tiveram um efeito desestabilizador da taxa de inflação nos planos heterodoxos. Esse papel desestabilizador foi cumprido especialmente pelos preços no âmbito da produção e no do atacado.

Tabela 1

Taxa de inflação, segundo o IPA-Produtos Agrícolas, o IPR-agropecuária, o IPC-alimentação e o Índice de Preços por Atacado-Produtos Industriais (IPA-Produtos Industriais), nos meses subseqüentes aos planos econômicos no Brasil— 1986/91

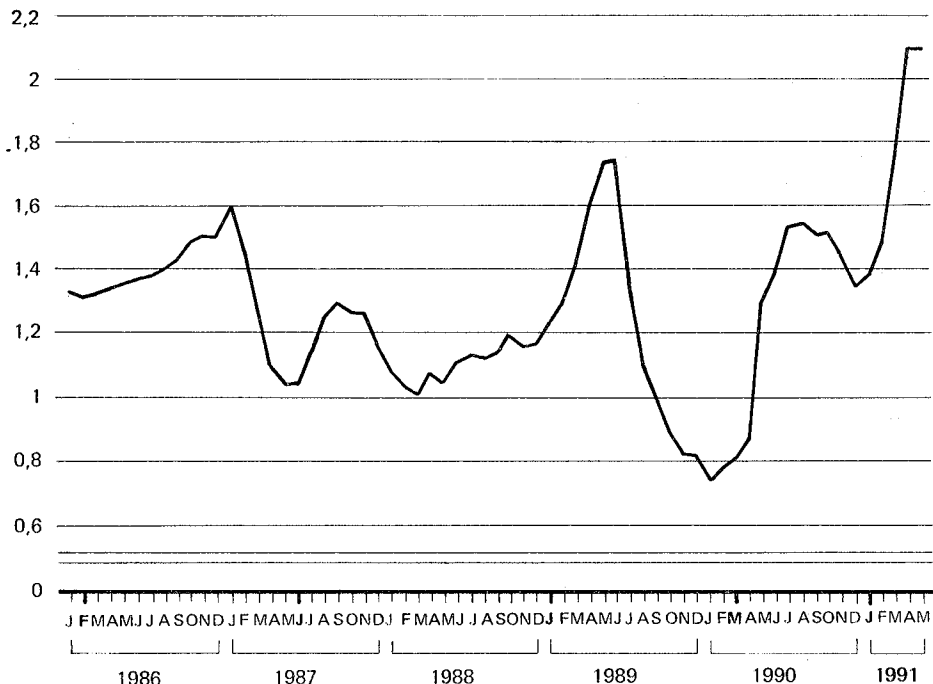
(%)

DISCRIMINAÇÃO	IPA-PRODUTOS AGRÍCOLAS	IPR-AGROPECUÁ- RIA	IPC-ALIMENTA- ÇÃO	IPA-PRODUTOS INDUSTRIAIS
Plano Cruzado				
Fev./86	3,94	-	14,21	5,52
Mar./86	0,03	-	2,37	-1,27
Abr./86	-0,17	-	0,55	-1,79
Mai/86	0,71	-	0,37	-0,07
Jun./86	0,70	-	0,88	0,30
Jul./86	1,23	-	0,55	0,23
Ago./86	2,53	-	0,75	0,87
Set./86	2,39	-	1,37	0,03
Out./86	3,62	-	1,43	0,16
Nov./86	3,21	-	2,71	1,54
Dez./86	6,34	-	8,47	7,76
Plano Bresser				
Jun./87	27,57	18,50	22,23	26,78
Jul./87	16,91	9,70	7,46	7,92
Ago./87	10,63	12,31	6,79	1,56
Set./87	11,54	12,33	8,56	6,25
Out./87	9,40	9,76	9,08	12,09
Plano Verão				
Jan./89	41,29	26,53	37,27	35,26
Fev./89	15,87	21,78	11,88	9,51
Mar./89	9,68	9,44	5,41	0,70
Abr./89	15,03	7,70	6,14	1,05
Mai/89	17,68	16,73	13,18	8,47
Jun./89	24,20	27,44	33,95	25,78
Plano Collor I				
Mar./90	87,29	98,67	84,83	81,40
Abr./90	17,46	14,90	8,60	8,19
Mai/90	49,11	19,04	5,79	1,54
Jun./90	13,74	17,41	14,01	4,99
Jul./90	18,83	13,46	14,35	8,20
Ago./90	13,30	11,96	12,02	11,65
Set./90	11,73	14,11	13,41	12,26
Plano Collor II				
Jan./91	22,63	18,77	22,66	19,15
Fev./91	28,23	28,76	20,47	19,65
Mar./91	21,65	10,75	5,19	2,17
Abr./91	22,10	10,36	-	3,00
Mai/91	5,50	-	-	5,40

A relação de troca entre a agricultura e a indústria pode ser observada no Gráfico 3. Verifica-se que, nos períodos de congelamento, a relação de troca favorece os preços agrícolas. A Tabela 1 confirma que o IPA-produtos industriais possui taxas de crescimento inferiores às do IPA-produtos agrícolas, o mesmo ocorrendo em relação ao IPR-agropecuária e ao IPC-alimentação. Logo, os preços relativos, bem como a distribuição de renda da economia, não se mantêm estáveis durante o congelamento dos preços, ao contrário do que é teoricamente concebido pelos defensores dessa medida de combate à inflação.

GRÁFICO 3

RELAÇÃO DE TROCA ENTRE A AGRICULTURA E A INDÚSTRIA NO BRASIL – 1986/91



FONTE DOS DADOS BRUTOS: FGV.

NOTA: 1. A relação de troca está expressa pelo quociente do IPA-produtos agrícolas pelo IPA-produtos industriais.

2. Os meses em destaque correspondem à data de implantação dos Planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor I e II respectivamente.

Observações finais

O congelamento dos preços nos programas de estabilização, como visto anteriormente, possui o efeito de elevar o preço relativo dos produtos agrícolas, em especial aos níveis do atacado e do produtor. Esse fenômeno se associa a três fatores: primeiro, o aumento da demanda por esses produtos, em razão de uma ligeira retomada da atividade econômica nos períodos de congelamento e/ou em razão da especulação; segundo, a falta de uma política eficaz de controle dos preços agrícolas, de modo que qualquer alteração na oferta ou na demanda agrícola tende a provocar uma elevação nos preços dos produtos primários; terceiro, a maior capacidade de controle dos preços industriais do que dos agrícolas.

Na verdade, o que o congelamento dos preços realiza é a resolução temporária do conflito distributivo em favor do setor agrícola, a distribuição de renda, nesses períodos, movimenta-se a seu favor. Entretanto, passado o período de congelamento dos preços, a taxa de inflação acelera-se como decorrência da elevação dos custos industriais e devido ao agravamento do conflito distributivo. Assim, o congelamento de preços, pensado inicialmente como a maneira para acabar com a inflação inercial, possui o efeito de produzir um choque inflacionário, portanto, não é neutro em relação à distribuição de renda. Todavia não se está negando a capacidade do congelamento dos preços em reduzir a taxa de inflação no curtíssimo prazo, haja vista a experiência da economia brasileira nos últimos anos.

Bibliografia

- BIER, A et alii (1987). *O heterodoxo e o pós-moderno: o cruzado em conflito*. São Paulo, Paz e Terra.
- LOPES, F (1986). *O choque heterodoxo*. Rio de Janeiro, Campus.